

Filinto Martins (Associação Comercial) ao "VP"

"A nossa opção é a indústria"

A situação actual do comércio em S. Vicente foi o tema de entrevista que publicamos, com o Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento, Filinto Martins.

VOZ DO POVO — Pode traçar uma breve panorâmica do comércio em S. Vicente nos últimos anos?

F. MARTINS — Até 1982 o comércio desempenhou a sua função normal, não houve praticamente perturbações e não se viu aquelas próprias da mudança de um país colonial para país independente. De 1983 para cá nota-se um certo declínio das vendas no movimento comercial em S. Vicente.

Quando às importações, houve sempre abertura por parte do Governo e todas as dificuldades que surgiram foram ultrapassadas com os contactos directos que sempre mantivemos com os departamentos ligados directamente ao comércio. Novas estruturas como a EMPA, passaram a importar determinados artigos importados por nós antes da independência. Isto pouco ou nada afectou o comércio enquanto a EMPA se limitou a certos artigos. Mas seria uma grande responsabilidade a importação de artigos como milho, arroz, feijão. Num caso de emergência o Governo tem muito mais possibilidades de sanear qualquer dificuldades do que o comér-

cio privado. Mas a EMPA, por exemplo, importa já artigos como a cerveja e outro tipo de bebidas, ferro, cimento que praticamente o comércio privado deixou de importar. Isto veio enfraquecer o nosso laço de importação e obrigar à procura de novos artigos, para que as receitas não diminuíssem e viessem prejudicar a manutenção da máquina criada para a função que o comércio desempenha, que é a de distribuir bens aos consumidores.

— Em que sector do comércio se nota mais a queda do volume de vendas?

FM — Quando falamos na queda do comércio começamos por referir-nos ao grossista. Se o grossista sente diminuir a sua venda é porque também o consumidor está com a mesma dificuldade. O negócio é uma cadeia desde o trabalhador até ao mais alto funcionário.

— Recentemente o Secretário de Estado da Cooperação, numa palestra proferida em S. Vicente, referiu-se a uma mudança estrutural no sector do comércio precisamente por intervenção dos emigrantes...?

FM — Realmente a inter-

venção dos emigrantes afectou grandemente o movimento do comércio porque passaram a mandar por exemplo, frigoríficos, fogões, aparelhos de rádio, produtos de primeira necessidade, vestuários e, daí, nasceu o tal comércio paralelo. O emigrante, para se se defender começou a enviar esses artigos aos seus familiares, que por sua vez, os vendem.

Há uma certa retracção nas despesas. Antigamente as famílias dos emigrantes compravam tudo mas agora cada uma cada vez menos. E isto prejudica o comércio devidamente legalizado. Em 1984 foi sempre a descer. As firmas comerciais grandes é que sofrem mais. Há muitas casas que em 1984 tiveram um decréscimo de venda na ordem dos vinte e cinco trinta por cento.

— Quais são os artigos mais vendidos?

FM — Os artigos que se vendem mais são: o azeite, o sabão, as bebidas de mesa, a manteiga geral e materiais de construções. Mas o nosso mercado é volúvel.

Além disso se não fosse o apoio do Banco de Cabo Verde a maior parte das firmas não teriam possibilidades de repôr os "stocks" porque a remessa seguinte é sempre mais cara que a anterior e as

margens de comercialização muitas vezes cobrem a diferença de preços de origem. É a razão porque o comerciante tem que estar sempre encostado ao Banco. Felizmente que o Banco dá uma resposta de cerca de 75 ou 80 por cento das necessidades do comércio, porque se não fosse isso o comércio privado teria ainda maiores dificuldades.

— Que alternativas possíveis para o comércio?

FM — O sector privado tem dado uma resposta positiva às iniciativas do Governo quanto à criação de novas indústrias embora não tenhamos uma tesouraria folgada. Mas a nossa opção é a indústria. Porque para o comércio é muito mais viável fazer as suas aquisições no comércio local. Tem muito menos empenho de capital e tem uma reposição de "stock" muito mais rápida do que a importação. Mas isso tudo depende mais tarde da forma como for regulamentada essa ligação entre comércio e indústria.

Temos verificado que infelizmente há produtores que vendem a qualquer que aparelho para comprar, ou seja, não se respeita a relação produtor-grossista-retalhista. Muitas pessoas que nem são retalhistas compram em quantidade e levam para outras ilhas e o

grossista é marginalizado ou perde aquele poder de aquisição porque depois não tem a quem vender. O retalhista paga as suas contribuições para vender directamente ao consumidor. A Associação Comercial já pediu à Secretaria de Estado de Comércio que os produtores vendam exigindo o alvará da Direcção do Comércio, porque cada sector tem que defender a sua existência dentro da legalidade.

— Quais são as perspectivas para a Associação Comercial?

FM — O Governo está empenhado em criar a Câmara do Comércio, que será constituída por todas as empresas estatais, mistas e privadas e companhias de navegação. Todo o sector económico terá uma função muito mais produtiva e de maior interesse junto do Governo. A Associação Comercial até agora, tem sido um organismo que leva ao Governo as reclamações de determinadas posições que na prática podem prejudicar o comércio ou não representar muitas vezes a própria intervenção do Governo porque, muitas vezes, uma lei é feita e, na sua prática, verifica-se o contrário do espírito do próprio legislador.

— Em que outros secto-

res o comércio irá...

FM — O comércio apoiou veia as iniciativas da Direcção Geral ou da Secretaria de Estado da Indústria. Há outros sectores bastante importantes. Sei que o Ministério dos Transportes está a discutir-se sobre o problema da ligação inter-ilhas. Por exemplo, São Vicente tinha uma ligação bastante forte com a Brava e Fogo, mas hoje esse comércio está a ser feito com Santiago porque há mais facilidade de transportes entre Santiago, Fogo e Brava do que com São Vicente.

São Vicente tem que optar pela indústria. Precisa fazer que há um grupo local que criou a empresa Socopesca. Esta empresa comercial com um capital de cinco mil contos, que já aumentou para 25 mil. Compramos a empresa Frigorífica com todo o seu equipamento: câmara frigorífica, navios, uma estrutura montada que estava parada há cerca de dois anos. Já estamos a trabalhar nela e é possível que este ano tenhamos barcos, que pertenciam à Frigorífica, o que viria dar um bom movimento a São Vicente porque pelo menos cem famílias terão emprego certo.

— A Socopesca afectará

Cont. na pág. 5

Projecto Papasa apoia Pesca Artesanal

A pesca em Cabo Verde, antes de independência, era exercida de toda a ordem, num meio violento e hostil pelo mar que cerca as Ilhas, exercida quase que exclusivamente por pequenos botes a remos e à vela, utilizando processos e materiais antiquados.

A PAPASA (Projecto de Apoio à Pesca Artesanal de S. Antão), já distribuiu sob forma provisória 68 motores de popa aos pescadores, com um contrato de pagamento a prestações.

Após a Independência o Governo de Cabo Verde começou a dar os primeiros passos para reestruturar a pesca, recorrendo a estudos e apoios exteriores, no sentido de criar condições para solução da maior parte dos problemas referentes a esse sector.

É nesse sentido que surge em S. Antão um projecto no intuito de reduzir as insuficiências e carências, criando infraestruturas de pesca.

A PAPASA, financiado pela cooperação holandesa, teve o seu início em Abril de 1981. O seu orçamento foi elaborado para uma

primeira fase num montante de HFL 2.600.000 (dois milhões e seiscentos mil florins) e equivalente na altura à US\$ 1.105.000 (um milhão, cento e cinco mil dólares), estando previsto para uma segunda fase um financiamento adicional de HFL 1.400.000

consequentemente o problema de escoamento do pescado".

A PAPASA possui neste momento um barco de pesca que irá contribuir em parte no apoio aos botes, no fornecimento de peixe à população e quatro viaturas



(um milhão e quatrocentos mil florins), durante o ano de 1986.

Num encontro com o Director do Projecto, em Ponta do Sol, fomos esclarecidos de que "para além de apoiar de todas as formas os pescadores de S. Antão, desde a motorização e melhoramento dos botes, ao fornecimento de equipamentos e materiais de pesca, segurança, propõe-se no essencial introduzir novos métodos de pesca, resolvendo o problema do isco e

destinadas à distribuição do pescado pelo interior da Ilha, acondicionado em caixas de plástico ou arcas isotérmicas.

Apoio directo aos pescadores

Está de igual modo previsto a aquisição de mais um barco com maior capacidade, destinado ao contacto regular com todas as praias da Ilha, transportando material de pesca, sobressalentes, combustíveis, permitindo assim o escoamento de eventuais ex-

cedentes.

Quanto ao apoio directo aos pescadores o projecto está a ultimar a confecção de redes para equipar os botes, com base em Ponta do Sol, Janela, Tarrafal de Monte Trigo e Porto Novo, projecta-se a instalação de viveiros para lagostas onde for conveniente, promovendo a sua captura por processos racionais e utilizando novos métodos; os arrastadores das praias serão progressivamente melhorados onde for viável e serão instalados guinchos manuais para facilitar o arrastamento dos botes, onde seja possível tal prática; já se procedeu ao melhoramento da praia e à construção de um acesso em Sinagoga, estando em curso a construção de uma plataforma de abrigo na Cruzinha, um abrigo e melhoria no local de desembarque no Ilhéu Raso, local onde os pescadores de Sinagoga costumam deslocar-se várias vezes ao ano.

Em colaboração com a ENACOL (Empresa Nacional de Combustíveis) a PAPASA vai instalar em Tarrafal de Monte Trigo um posto de abastecimento de gasolina para os botes, a par de outros combustíveis e gás.

"Para uma segunda fase está programada uma complementaridade com a aquisição de novos equipamentos e formação profissional e associativa de pescadores que juntamente com o MSAS (Ministério de Saúde e Assuntos Sociais), administrará um curso de formação profissional para confecção de redes e materiais de pesca, carpintaria naval e reparação de motores, uma central de comunicação com os botes no alto mar.

fornecimento de meios de salvação e roupas adequadas, incluindo tecido para novas velas" - concluiu o Responsável do Projecto.

A PAPASA funcionará independente, terá autonomia administrativa e será tutelada pela Secretaria de Estado das Pescas, e ficará sediada em Ponta do Sol, S. Antão.

Estão instalados postos de venda ao público em Porto Novo, Ponta do Sol, Ribeira Grande e Paul.

FILINTO MARTINS

Cont. da pág. 4

pesca artesanal?

FM - Não. Porque a nossa pesca é virada para exportação. Mais tarde dedicar-nos-emos à conserva de peixe. Orientamo-nos para a pesca do atum e seus similares, também entramos na pesca de lagosta e possivelmente vamos montar um mini-mercado para venda directa ao público de peixe, que podemos também adquirir dos pescadores artesanais, que às vezes não têm colocação para o peixe. Como temos câmara frigorífica poderemos vender o peixe a um preço mais acessível.

A Socapesca é uma empresa de nacionais, não só de comerciantes como de emigrantes, que no caso de que rerem voltar para a sua terra, podem contar com o resultado do capital investido, como também com um emprego. Estamos no início e pensamos que a partir de Agosto teremos a estrutura feita.

Quero deixar aqui consignado que se conseguimos isso, foi com a grande ajuda do Ministério de Economia e Finanças e também do Banco de Cabo Verde que nos deu toda a abertura do financiamento e todo o apoio.

lhavam. Todas demonstraram

suas aprendizas e, apesar da nossa ignorância na matéria,

ra, uma tesoura e algum tecido) foi-lhes fornecido pelo